

Resenhas

François Chesnais (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Eleutério F. S. Prado¹

Este livro que chegou às livrarias no ano passado desenvolve-se sob a perspectiva de enfrentar um problema-chave nos dias de hoje: a compreensão do capitalismo contemporâneo. Apresenta contribuições de seis autores individuais e três duplas de autores as quais procuram abarcar as principais configurações do modo de produção regido pela relação de capital, emergentes nas duas últimas décadas do século xx. Ainda que com diferenças, todos eles trabalham sob uma mesma luz conceitual: o sistema capitalista passou por uma mudança de rumo que é caracterizada como passagem de um regime de acumulação centrado na esfera da produção para um “regime de acumulação com dominância financeira” ou “regime de crescimento patrimonial” ou ainda como “neoliberalismo”. Desenha-se, então, nas palavras do organizador do livro, François Chesnais, “um sistema de relações econômicas e sociais internas e internacionais cujo centro é a finança e que está apoiado nas instituições financeiras e políticas do país hegemônico em escala mundial” (p. 26).

Note-se já aqui que concebem a transformação histórica recente do capitalismo como mudança de regime de acumulação e não

¹ Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP)

como mudança interna do próprio modo de produção. Registre-se, também, que os autores do livro mantêm-se na perspectiva de que o capitalismo contemporâneo conserva-se ainda, *grosso modo*, na fase monopolista, financista e imperialista, mas o acento teórico não recai mais sobre o primeiro desses três termos tal como em Lenine, mas sobre o segundo deles. O próprio Chesnais destaca que o livro se caracteriza, sobretudo, pela atenção que dá ao “poder da finança”, termo esse, aliás, colhido do título do livro de André Orléan, *Le pouvoir de la finance*.

As nove contribuições estão organizadas para apresentar, tal como indica o subtítulo do livro, os fundamentos, as configurações e as conseqüências desse poder renovado das finanças que faz a música e dá, atualmente, o ritmo para a dança desorganizada da economia mundial.

Suzanne Brunhoff examina as causas das instabilidades, flutuações e crises cambiais, que marcaram as duas últimas décadas. Foca o papel do dólar como moeda mundial fundado na hegemonia norte-americana, a qual se expressa, também, de modo complementar, nos planos político e militar.

Gérard Duménil e Dominique Lévy, em mais um estudo de estatística descritiva, apresentam estimativas da evolução da taxa de lucro, do lucro retido e da taxa de investimento, nos Estados Unidos e na Europa, para mostrar o privilégio das finanças. Desenvolve o estudo sob uma visão sociológica das classes no capitalismo contemporâneo.

Catherine Sauvit concentra-se em pesquisar os fundos de pensão e os fundos coletivos norte-americanos, mostrando a sua importância como investidores institucionais na economia mundializada e como reguladores das atividades das empresas em favor das rendas financeiras.

Dominique Philon mostra como a França passou de um capitalismo de Estado para um capitalismo dominado pelos investidores institucionais. Estuda as conseqüências dessa rápida e avassaladora transformação para as empresas e os trabalhadores franceses.

Esther Jeffers procura mostrar as convergências no movimento de transformação das economias norte-americana e européia rumo à mundialização financeira. Essa autora, assim como a autora anteriormente citada, enfatiza como todo esse processo, em última análise, eleva a taxa de exploração dos trabalhadores em favor do capital financeiro.

Marianne Rubinstein estuda o caso do Japão que experimentou, como é bem sabido, uma estagnação econômica durante a década de 1990, assim como nos primeiros anos da década seguinte, em razão de um processo de liberalização financeira altamente especulativo.

Mamadou Câmara e Pierre Salama investigam a inserção dos países em desenvolvimento no processo de mundialização financeira. Notam como essas nações dependem de créditos bancários, investimentos diretos e investimentos em carteira externos para financiar o seu processo econômico. Notam, também, que essa dependência requer um modo de gerir a taxa de juros que visa, não o crescimento, mas sim a atração de capital, muitas vezes apenas para financiar déficits orçamentários e com o exterior.

Luc Mampey e Claude Serfati estudam as relações entre o mundo das finanças globalizadas, dos investidores institucionais e das bolsas com o sistema industrial-militar dos Estados Unidos. Sugerem que há uma aliança objetiva entre essas forças cuja consequência provável será a eclosão de novas guerras num horizonte de tempo ainda sem limites definidos.

François Chesnais, como organizador, atribuiu-se a responsabilidade de escrever o capítulo inicial e mais teórico do livro. Aí o termo “finança” que aparece no livro assim mesmo, no singular, para enfatizar seu caráter supostamente unitário, é identificado ao conceito de “capital portador de juros” de Marx. Trata-se evidentemente de uma interpretação algo problemática já que em *O capital* esse termo indica a posição do próprio capital como mercadoria, posição esta que engendra uma forma de existência do próprio capital, enquanto no livro aqui resenhado o capital portador de juros é entendido como

um fundo caracterizado explicitamente como “capital [que] busca fazer dinheiro sem sair da esfera financeira” (p. 35).

É preciso lembrar aqui, pois, o próprio Marx. No capítulo XXI do Livro Terceiro está dito que o dinheiro transformado em capital produz lucro e, assim, adquire um novo valor de uso, a capacidade de funcionar como capital. Eis que “nessa forma de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Ou o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria” (MARX, 1983, v. 3, t. I, p. 255). O capital aparece, pois, como mercadoria quando o dinheiro como capital realiza uma de suas possibilidades. Mas nessa mesma condição, ele tem outro modo de atuação mais básico, pois o dinheiro como capital costuma participar da metamorfose das mercadorias, no movimento $D - M - D'$. E, nesse caso, “o capital, no processo de circulação, funciona como capital-mercadoria e capital monetário. Mas, em ambas as formas, não é capital como tal que se torna mercadoria” (Idem, p. 257).

Por outro lado, o dinheiro como capital também pode não participar das metamorfoses e da reprodução do capital e isto ocorre justamente quando ele próprio se torna mercadoria, por exemplo, no momento inicial do circuito $D - D - M - D' - D'$. É evidente, entretanto, que o dinheiro como capital depois do primeiro movimento, já nas mãos do capitalista envolvido com a produção, passa a atuar em seu modo básico e primeiro. Ao ir das mãos do capitalista financeiro para o capitalista funcionante o capital adquire a forma de mercadoria. Trata-se, aqui, pois, de uma mercadoria especial que não pode ser comprada e vendida e que, por isso, requer a forma de mercadoria dada em empréstimo. A essa forma é inerente a aparência – aparência que não é subjetiva, mas participação efetiva na própria realidade – segundo a qual o capital portador de juros é autônomo e se valoriza na esfera financeira. Marx diz explicitamente que o retorno do capital a juro é externo ao ciclo mediador do retorno, mas isto significa, ao contrário do que sugere a expressão de Chesnais antes citada, que se trata em efetivo de uma operação externa que

pressupõe justamente a penetração posterior do capital-dinheiro no ciclo $D - M - D'$.

O capital portador de juros é uma forma do capital que lhe é inerente e que sempre existiu na história do capitalismo. Logo, é também problemática a afirmação de Chesnais segundo a qual “quando o capital portador de juros ressurgiu no início dos anos 80, a esmagadora maioria dos assalariados e cidadãos (...) havia esquecido completamente sua existência e seu poder social” (p. 37). A expressão “autonomia relativa da esfera financeira em relação à produção” (p. 45) também não é rigorosa, já que não se trata de uma questão de relatividade, mas de contradição: a autonomia da esfera financeira vem a ser negada pela essência da relação de capital, a qual põe objetivamente a não autonomia da esfera financeira em relação à produção. A relação de capital é, como se sabe, uma relação entre o capital e o trabalho assalariado, uma relação de exploração, que se expressa sob formas superficiais que lhe são contrárias. O capital não pode se valorizar só na esfera financeira, a não ser fictícia e temporariamente.

Chesnais menciona que se configura atualmente como importante uma forma específica de propriedade capitalista, a saber, a propriedade patrimonial e rentista. Não pensa – é certo – que haja capital bom e capital ruim, mas chega a se referir à existência de capital melhor e pior, o que parece razoável. “A finalidade dela” – ou seja, da propriedade patrimonial constituída por títulos de propriedade mobiliária e imobiliária, a qual ele vê como deletéria na ordem vigente – “não é nem a criação de riquezas que aumentem a capacidade de produção, mas o ‘rendimento’” (p. 50). Entretanto, eis que, como se sabe, o capital é apenas o agente da relação de capital e, nessa condição, ele é sempre um fim em si mesmo, produção pela produção e não produção que visa aumentar a geração de riqueza (valores de uso). Esta última é incrementada incessantemente pelo movimento do capital porque o capital (abstraindo o capital fictício) só cresce acumulando mais-valia na esfera da produção e da circulação de mercadorias.

A preocupação de Chesnais com o investimento produtivo em detrimento do que no Brasil foi chamado de “ciranda financeira” é justa até certo ponto, apesar de seu acento keynesiano. Pois, a partir desse limite posto pelas estruturas econômicas vigentes, torna-se inadequada. É preciso ver que o capital portador de juros subordina, hoje, a produção de uma forma que não é em si mesma estruturalmente nova, mas o faz com uma intensidade nova e de um modo novíssimo ligado à emergência da ciência-capital, do conhecimento-capital. Por exemplo, a Microsoft, que é a empresa símbolo do capitalismo contemporâneo, não vende mercadoria, pois vende apenas licenças de uso de seus produtos. Mas esses produtos são mercadorias, tal como diz Marx, *sui generis*. Elas recebem a forma de capital como mercadoria. Assim, a Microsoft – e isso parece ser algo que tem uma tendência a se generalizar – opera no circuito $D - M \dots P \dots - D'$, tal como uma empresa típica que aluga dinheiro. E essa afirmação se justifica, já que, lembrando Marx, “todo capital emprestado (...) é sempre uma forma particular do capital monetário” (Idem, p. 259). Não se trata hoje, pois, de dominância do capital financeiro sobre o capital atrelado à produção de mercadorias, mas de dominância da forma financeira do capital, ou seja, da forma “capital portador de juros”. E a emergência dessa predominância está ligada a uma transformação estrutural do capitalismo ou, mais especificamente, do próprio modo de produção – e não do regime de acumulação.

E, nesse sentido, é bem interessante a seguinte consideração de Chesnais que aqui vai reproduzida por inteiro:

A restauração do poder da finança teve dois resultados cujas consequências para a reprodução do capital no longo prazo não podem ainda ser apreciadas, mas devem ser postas em evidência. A primeira é a força formidável da centralização do capital (...) A segunda diz respeito à maneira pela qual a finança conseguiu alojar a “exterioridade da produção” no próprio cerne dos grupos industriais. É possível que isto seja um dos traços mais originais da contra-revolução social contemporânea (p. 53-54).

Sem dúvida, há nessa citação uma referência a algo essencial na transformação do capitalismo contemporâneo, que vem a ser a busca do controle direto por parte do capital financeiro das atividades de produção de conhecimento, ciência, organização, informação etc. E o livro resenhado é rico na apresentação das formas sob as quais isso acontece.

Se essa constatação de Chesnais contém, pois, um ponto profundo, parece necessário acrescentar um outro fato igualmente importante da nova configuração do capitalismo mundial: a exorbitância do capital fictício. Esse modo de existência do capital, decorrente do crédito, e que está misturado e combinado de mil formas com o capital real, é chamado de fictício porque vem a ser uma negação determinada do capital enquanto tal, já que se trata de capital sem substância de valor e que se tornou puramente formal ou ideal. Pois, é evidente que a criação espontânea e desmesurada de capital fictício é a principal fonte das crises e instabilidades do capitalismo contemporâneo. O capital fictício é o capital que ultrapassa a si mesmo, que se levanta puxando os cordões do próprio sapato e que ganha, por isso, uma forma totalmente irracional e enlouquecida. A autonomia das finanças mostra aqui, de modo particular, que as contradições do capitalismo estão criando realidades cada vez mais explosivas.

É preciso comentar também aquilo que Chesnais chama de “hipótese da insaciabilidade da finança”. Sem dúvida, é possível observar atualmente na superfície da economia mundial fenômenos de tensão e crise que denotam que há contradição entre um impulso sem medida da valorização financeira e a valorização efetiva possível que ocorre na esfera da produção. De certo modo, entretanto, como se sabe, a insaciabilidade referida por Chesnais pertence ao próprio capital como conceito. Marx tratou o capital como um princípio de desenvolvimento infinito, como sujeito automático, como má-infinitude.

Finalmente, é preciso ressaltar que o novo livro de Chesnais, tal como as suas obras anteriores, dão uma contribuição relevante à

compreensão e ao debate a respeito do capitalismo contemporâneo. E essa é sem dúvida uma questão prioritária na agenda de pesquisa dos pensadores de esquerda e dos críticos revolucionários.

Referências bibliográficas

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Antonino Infranca. *Trabajo, individuo e historia:*
el concepto de trabajo em Lukács.
Buenos Aires: Herramienta, 2005.

Tatiana Fonseca Oliveira¹

Antonino Infranca, acurado estudioso da obra do jovem e do velho G. Lukács – não é por acaso que recebeu o Prêmio Lukács em 1989, fez seu pós-doutorado em filosofia na Academia Húngara de Ciências e realizou diversas investigações no Arquivo Lukács de Budapeste – em seu último livro, *Trabajo, individuo, historia: el concepto de trabajo em Lukács* discute de maneira lúcida o significado do conceito de trabalho enquanto forma interpretativa e conceito preponderante para a elaboração de um “onto-método”, para refundação de um “novo materialismo histórico e dialético”.

O conceito de trabalho tem uma dimensão tanto extensiva (cronológica), como intensiva, predominante, em Lukács. Essa concepção faz parte da *arqueologia do seu pensamento*, por mais que se apresente de forma profundamente elaborada e mais concluída em sua *Ontologia do ser social*. Tanto é assim que as categorias de totalidade, estranhamento e práxis tornam-se mais claras, quando compreendidas de forma substancialmente ligadas, ou indissociáveis, ao conceito de trabalho.

¹ Doutoranda em sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do Istituto di Scienze Filosofiche e Pedagogiche “Pasquale Salvucci” dell’Università degli Studi di Urbino (Itália).

Em meio a sua incessante crítica a uma ortodoxia stalinista, buscando uma refundação do marxismo e já com pleno domínio e conhecimento dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, deixados por Marx e publicados apenas em 1933 – Lukács procurou investigar a fundamental relação entre a obra hegeliana e marxiana e, concomitantemente, elaborar um “sistema antropológico metafísico” de resgate ao racionalismo filosófico. Todavia, essa “retomada da metafísica” não pode ser vista de maneira “escandalosa”, diz o autor. A categoria de trabalho em Lukács é justamente a chave para se entender a gênese do ser social, o seu “sistema metafísico” (no sentido de para além da física, propriamente dito) não é nada mais do que considerar a filosofia como uma perene e incessante superação das aparências e busca da essencialidade humano-material, histórica.

Em outras palavras, a *Ontologia* de Lukács inscreve-se na mais alta tradição clássica da filosofia, uma vez que reabilitou uma fecunda discussão com a *Metafísica* aristotélica e com a *Lógica* hegeliana. Por mais “contraditório” que pareça esse caminho – que se coloca na contramão dos que decretaram o “fim da filosofia” (Heidegger, por exemplo) –, tal obra, dotada de um alto rigor cognoscitivo, científico-filosófico, busca justamente reconstruir e compreender as determinações originárias do complexo social, uma compreensão radical da processualidade histórica e do indivíduo.

Como sabemos, o primeiro a conceber o trabalho como a mediação autoprodutiva do homem foi Hegel. E, no que diz respeito a essa concepção, é inegável o débito de Marx para com o seu predecessor. Contudo, tal como Marx, Lukács tem claro que o trabalho para Hegel não apresenta um lado negativo, estranho ao homem, é só exteriorização humano-positiva. Isso será explicado, porque na *lógica-gnosiológica* hegeliana (sua “falsa ontologia”, como diz Lukács) o trabalho que o autor alemão reconhece, e que coloca em sentido predominante, é o abstratamente espiritual, ou seja, é o saber, a filosofia. Tanto é assim, que Lukács denuncia a extensão da teleologia do trabalho, por parte de Hegel, a princípio universal

– erro, inclusive, recorrente em Aristóteles e presente em todas as *ontologias* religiosas.

O caráter silogístico/teleológico na *Ciência da Lógica* hegeliana culmina numa inevitável identidade sujeito-objeto. Todavia, essa é uma questão complexa e espinhosa que não pode ser entendida de forma instantânea, mas merece uma densa análise de toda a obra do último grande pensador da filosofia burguesa – e esta, por sua vez, foi feita de forma magistral por Lukács. Indica Infranca, consecutivamente, que o autor húngaro chega a recuperar o conceito de “astúcia da razão” hegeliano e reconhecer a profundidade analítica do autor alemão que leva em consideração a ação do meio sobre o objeto; momento, inclusive, que representa o retorno da objetividade ao conceito, a si mesmo (o que alguns estudiosos de Hegel chamam de “espírito objetivo”).

Nessa ordem, Lukács salienta o interesse de Hegel, sobretudo do jovem Hegel (vale conferir essa discussão no capítulo 4 do livro que ora resenhamos), em relação ao instrumento de trabalho. Indica que já em Hegel o instrumento de trabalho é considerado a expressão do domínio do homem sobre a natureza, ao mesmo tempo, esse processo que é teleológico (ação estabelecida visando um fim) pode ser considerado como a tradução do conceito em realidade e da realidade em conceito. Hegel soube também captar o caráter mediativo e contínuo (uma vez que perdura no tempo e serve a diversas singularidades) do instrumento de trabalho – demonstrando, desse modo, uma concepção objetiva do mesmo e reconhecendo neste uma validade superior à sua finalidade.

Enfim, a reflexão a respeito da teleologia hegeliana “permite a Lukács expressar o cerne conceitual em torno do qual se formou a concepção marxiana do desenvolvimento da história como consequência da relação do trabalho como a propriedade objetiva dos instrumentos de produção”, diz Infranca (p. 37).

No entanto, para chegar a uma ontologia científico-genética do trabalho em contraposição à concepção lógico-científica da *Ciência*

da *Lógica* ou fenomenológico-histórica da *Fenomenologia do Espírito* hegeliana, Lukács elabora, então, uma *Wiederspiegelungstheorie* (teoria do reflexo) – através de seu diálogo/superação não só com Hegel, Kant e Aristóteles, mas com a *Ontologia* de N. Hartmann, onde encontra muita inspiração. Colocando de forma apenas preliminar, a teoria do reflexo, que também é largamente discutida no livro de Infranca, seria uma atividade “gnosiológica”, segundo a qual a mente humana seria capaz de reproduzir o objeto do conhecimento, ou seja, seria uma espécie de “reprodução fotográfica do objeto”. Todavia, não deixando de lado, para tal reconstrução/reprodução, as categorias de singularidade, particularidade e “totalidade concreta” e a defesa de que se pode conhecer o real, mesmo que de modo aproximativo.

Podemos frisar ainda que é por meio desse diálogo/superação que Lukács concebe o trabalho como categoria prioritária de sua “antropologia metafísica”, a “protoforma” de toda atividade social, ou seja, o princípio humano e teleológico que responde ao “reino da necessidade” e que dá origem a séries causais-casuais da totalidade social, ou do complexo social. Essa categoria deve ser considerada como meio imprescindível para se entender não só o papel ativo da consciência, como também o processo de hominização e do devir histórico.

Nesse sentido, argumenta Infranca que “a ontologia de Lukács apresenta-se, por um lado, como a nova síntese do materialismo dialético e do materialismo histórico e, por outro, do materialismo e do idealismo através do reconhecimento da prioridade da reprodução da vida sobre as outras esferas da atividade humana, prioridade fundada sobre o desenvolvimento histórico de tal atividade. Deste modo, para Lukács a ontologia é uma ciência que açambarca a totalidade social em todos seus momentos, em sua totalidade complexa” (p. 81).

Depois de uma detalhada discussão e esclarecimento sobre esse processo que toma todo o primeiro capítulo de seu livro, Infranca

segue com dois capítulos dedicados à relação do trabalho com a ética e a política (capítulo 2) e do trabalho com a arte (capítulo 3).

Dentre as diversas questões colocadas por nosso autor nesses capítulos, como, por exemplo, a crítica feita por Lukács ao stalinismo; o significado do ensaio de Lukács, *Demokratisierung heute und Morgen*, como reação frente à invasão soviética à Tchecoslováquia; em 1968; a particularidade e a influência da obra de Goethe, Mann e Tolstoi sobre a *Estética* de Lukács; a discussão sobre a linguagem como uma categoria não absolutamente passiva, ou melhor, não como um mero “ser-reflexo” do processo histórico, etc.; chamamos atenção para a discussão de que não existe uma separação nítida entre economia e vida cotidiana.

Tal como Antonio Gramsci, que, como sabemos, foi também um bravo leitor de Lenin e de Hegel, além de crítico do neo-idealismo italiano, Lukács – guardando as devidas diferenças e o diverso momento histórico de sua elaboração científico-filosófica – procura renovar a discussão sobre a relação entre o “reino da liberdade” e o “reino da necessidade”.

De acordo com Lukács, argumenta Infranca que apenas numa sociedade socialista o trabalho “supérfluo” e criativo se transformará numa atividade fundamental e o trabalho, enquanto atividade “estritamente econômica”, reprodutiva, que corresponde a satisfação das necessidades primárias, será reduzido – apesar de não eliminado, por conta do perpétuo “reino da necessidade” próprio de nossa vida cotidiana. Nesse sentido, o “reino da liberdade” significa, em parte, a superação efetiva da divisão social do trabalho, que faz prevalecer o cálculo econômico, a forma de produção regida pelo capital que subalterniza o próprio produtor da riqueza, o trabalhador, em sua existência reificada. Todavia, mesmo enquanto trabalho estranhado, enquanto trabalho subjugado à divisão social do trabalho, o mesmo portou consigo, em seu decurso histórico o desenvolvimento sócio-estrutural e influenciou o desenvolvimento das artes e da ciência, abrindo, assim, a possibilidade concreta-objetiva de sua própria superação.

Nesse sentido, o “mundo da liberdade” nasce a partir do “reino da necessidade”, da economia, diz Lukács, na esteira de Marx. Sendo o trabalho, no seu sentido ontológico, a mediação humano-genérica, a mediação pela qual o homem se faz homem, sua auto-criação, a passagem do “reino da necessidade” ao “reino da liberdade” significa a passagem do gênero humano em-si ao gênero humano para-si. Ou seja, com o fim da sociedade de consumo, e de classe, o trabalho não estará subsumido ao capital, não existirá trabalho estranhado. Isso significa falar também da possibilidade concreta do pleno controle, ou controle ativo e racional, da produção de riquezas e a plena satisfação das “necessidades” fisiológica e espirituais.

Ainda sobre essa discussão da relação entre *estranhamento* e *trabalho*, no último capítulo do seu livro, chama atenção Infranca que, apesar da importante auto-crítica de Lukács a *História e consciência de classe*, existem pontos de confluência, ou uma continuidade, entre essa obra e a *Ontologia do ser social*.

Diz o autor que diferentemente da última obra lukacsiana – que apresenta uma análise ontológico-genética do trabalho, um estudo mais profundo do fenômeno do estranhamento tanto na sua dimensão subjetiva como sócio-histórica, como também é um entendimento do conjunto da totalidade social em todos os seus aspectos fundamentais –, *História e consciência de classe* não contém uma distinção entre *objetivação* e *estranhamento* e é portadora de uma visão materialista-formal, ou ainda, fenomenológica, do processo de trabalho. Todavia, é já nessa primeira grande obra do Lukács marxista que podemos rastrear uma tendência a conceber o trabalho (mesmo sendo este entendido, nesse momento, apenas em sua dimensão *estranhada*) como uma categoria fundante das formas de existência e de compreensão do ser social.

Para finalizarmos nossas observações, a leitura do livro de Antonino Infranca nos traz de forma clara como a obra madura de G. Lukács, em larga medida, é uma atualização fecunda do marxismo, uma reflexão voltada para a discussão minuciosa sobre o que é “ma-

terialismo histórico e dialético”, quando este concebe o trabalho como categoria central para entender o fundamento da sociedade e o papel ativo do indivíduo, da consciência, sobre tal complexo-reprodutivo social. Sendo assim, essa é uma reflexão que ultrapassa tanto a visão fenomenológica-idealista de mundo, como a visão irracionalista, e indica a necessidade histórica de construção de uma Ética para além da política burguesa e as possibilidades concretas de superação do capitalismo.

Maria Cecília Manzoli Turatti. *Os filhos da lona preta: identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda, 2005.

Luciana Aliaga¹

Em *Os filhos da lona preta*, Maria Cecília Turatti nos apresenta um quadro etnográfico e interpretativo dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado de São Paulo, tomando como foco central as relações de poder e sociabilidade que se estabelecem entre acampados e entre estes e a instituição MST.²

Na “dialética” entre a fragilidade inerente aos acampamentos, tanto pela índole itinerante quanto pela precariedade material que os caracteriza, e a sua força histórica na peleja pela democratização do acesso à terra no Brasil, a autora nos revela o cotidiano dos acampados, guardando a virtude de conservar em seu relato os matizes e a pluralidade da realidade vivida por esses sujeitos sociais. Afasta-se, desta forma, do risco da análise maniqueísta que vai facilmente da execração à exaltação do Movimento. Apresenta-nos, permanentemente atenta às especificidades, os dilemas e as lutas de sujeitos pertencentes a um estrato social que deve ser entendido a partir do

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

² A pesquisa foi feita em acampados nos municípios de Iaras, Getulina, Rancharia, Teodoro Sampaio, Sandovalina, Pindamonhangaba e Moji-Mirim.

processo histórico de modernização no campo e que se coloca como resistente à estrutura que os relega à miséria e à alienação.

Tanto pelo seu caráter de movimento social, e por isso mesmo em constante transformação e ação, quanto pela sua extensão numérica e geográfica, a despeito de mais de duas décadas de existência, o MST permanece ainda hoje como um desafio aos pesquisadores em seu esforço compreensivo. Conforme Eliane S. Rapchan, os sem-terras são: “(...) dilemáticos, plurais, híbridos – capazes, contudo, talvez, de se reproduzirem – produtos e produtores de uma extensa superposição de experiências, os sem-terra são hoje, até para si mesmos, ainda, uma grande interrogação” (Apud p. 76).

Considerando tal pluralidade impõe-se a tarefa, na qual a autora insere-se de forma bastante competente, de desvelamento das graduações entre processo democrático e autoritarismo, bem como entre autonomia e pressão, interpenetradas pela conjuntura política e pelas especificidades regionais e materiais que diferem de acordo com a proximidade das zonas de maior agitação do Movimento, do seu centro nervoso. Disto resulta que não se pode falar do Movimento Sem Terra de maneira genérica, como se fosse um todo uno e homogêneo sem incorrer em graves equívocos. É imprescindível no estudo rigoroso do MST que se considere as particularidades dos diferentes *loci* de formação política que são os acampamentos, assentamentos e escolas de formação. Isto implica também em reconhecer a diferenciação entre o sujeito sem-terra, inserido no contexto de expropriação pelo processo de acumulação capitalista, e o sujeito que se identifica com o Movimento Sem Terra, e que por isso participa de um organismo que possui seus rituais, regras e ideologia.

No reconhecimento das especificidades de cada *locus* de ação do Movimento reside também o motivo de uma certa preferência pelo estudo de assentamentos do MST em detrimento dos acampamentos. Segundo Turatti os assentamentos vêm recebendo primazia por parte dos pesquisadores pelos problemas socioeconômicos que engendram. A isso equivale dizer que estes são indicadores do su-

cesso do movimento a partir de sua efetividade e produtividade, em outras palavras, não basta ao Movimento o acesso às terras, é preciso produzir, e neste sentido, os assentamentos constituem *locus* privilegiado.

Frente a essa questão, rareiam as pesquisas voltadas especificamente para os acampamentos do MST, dadas também as dificuldades impostas pela mobilidade geográfica, precariedade material, exposição à violência e transitoriedade destes.

Turatti ressalta dois pontos fundamentais para compreensão dos acampamentos, a saber: seu caráter de liminaridade e a sociabilidade revestida pelo conflito e pela carência. Para compreender em que medida esses conceitos ligam-se aos acampamentos é mister entendê-lo a partir da apreensão do fenômeno em que estão inseridos, o MST, e também a partir das transformações que se deram no campo, principalmente depois da década de 1960, quando se acelera o processo de concentração fundiária.

Segundo Turatti, tal processo acarreta o aumento do assalariamento rural, contudo não ocorre a instauração de um regime de produção nos moldes das grandes indústrias capitalistas, por isso:

Algumas formas de extração da renda da terra consideradas pré-capitalistas foram mantidas, como o arrendamento, a parceria, e outras quase feudais, como a utilização de mão-de-obra semi-escrava, presa pelo endividamento no “barracão”. Também a manutenção da pequena agricultura familiar tem se transformado numa estratégia de reprodução do capital, apresentada pela parceria entre indústria de transformação e os pequenos proprietários rurais, na qual, estes últimos, são sempre os sócios menores (p. 81).

Como fruto e reação a tal situação o Movimento Sem Terra pode ser entendido como tentativa de sobrevivência dos trabalhadores no campo e contramão do processo de concentração fundiária. É neste cenário de enfrentamento com a estrutura estabelecida, diz Turatti,

não apenas como resistência, mas também como ação transformadora, “que podemos vislumbrar na aparente pequenez de um acampamento a transição para uma nova realidade social, talvez maior que apenas a democratização do acesso a terra” (p. 83). Neste aspecto reside uma das formas sob as quais é possível entender o acampamento em seu caráter de liminaridade.

Utilizando-se das teorias antropológicas de Arnold van Gennep e Victor Turner, Turatti esclarece o seu uso da noção de liminaridade tal qual é utilizado para o estudo dos ritos de passagem, os quais são decompostos em “preliminares (de separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação)” (p. 69). Neste sentido, devemos considerar o acampamento, enquanto situação liminar, como separado de seu universo social anterior, ou seja, a situação de alienação e passividade na qual os sem-terra permaneciam (situação preliminar), cumprindo as normas rituais (caracterizadas pela provisoriedade e precariedade do estado atual – liminar) que os qualificam para uma agregação social futura, ou seja, a posse da terra que engloba benefícios sociais e econômicos que configurariam uma nova situação (pós-liminar). Assim, o acampamento carrega o *ethos* do tempo pregresso ao mesmo tempo em que convive com as transformações preparatórias rumo ao tempo futuro.

Nesta situação liminar caracterizada pela transitoriedade encontramos relações sociais, valores, costumes e práticas em conflito. Concepções clientelistas, fundadas em relações de dependência, no favor e na submissão deparam-se com novas concepções de produção da terra baseadas no cooperativismo, aliadas a ações que apontam para a tentativa de constituição de consciências com maior grau de autonomia e politização. Por esse motivo Turatti chama a atenção para que não se considere tal transição do *ethos* resignativo camponês para condição de consciência crítica, uma passagem lógica e facilmente conclusa e observável. Diz a autora: “O processo de substituição de valores que conduzem à subordinação por valores críticos que incitem à contestação e gerem uma consciência crítica

da realidade nos sujeitos integrantes do MST se dá, realmente, mas numa proporção muito pequena” (p. 71).

Reflexo desta característica conflituosa são os “rachas” no Movimento, relatados por Turatti, freqüentemente motivados pela perda de prestígio da liderança frente às promessas de proprietários de terras, os quais comumente trocam favores por votos, ou pela intolerância das lideranças do Movimento em receber críticas (inclusive sob pena de expulsão), as quais crescem na mesma proporção em que se alonga o processo de assentamento. Por outro lado, nos deparamos com a existência de uma estrutura que possibilita a participação democrática, englobando ações tais como: eleições das lideranças, reuniões periódicas destas, assembléias dos acampados como instância máxima de decisão, resoluções do Movimento discutidas com a base através dos coordenadores de grupos etc. Donde podemos concluir que o acampamento, em sua característica heterogênea, possui instâncias políticas capazes de promover a participação democrática, contudo transpassadas por práticas autoritárias e clientelistas.

A partir dessa ótica é possível compreender também os conflitos ideológicos entre a liderança do MST, principalmente no que se refere aos militantes presentes nas instâncias estaduais e nacionais, e a base, que se compõe de acampados e assentados. É facilmente identificável no discurso dessa liderança a crítica sistemática à estrutura do poder, a censura ao sistema capitalista bem como a valorização do socialismo como modelo superior, patente tanto nos discursos como nos documentos do MST (cf. STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 74; MST, 1996, p. 6; e MITSUE, 2001, p. 246). O mesmo não se verifica entre os acampados e os assentados por motivos óbvios de dificuldade de formação para os trabalhadores rurais, em sua maioria sem instrução fundamental. É preciso observar, contudo, que na raiz da motivação da luta pela terra no que se refere à base do Movimento, existe o anseio premente pela propriedade. Neste caso, a propriedade é o próprio motor da luta dos acampados. Resultado disto é a dificuldade por parte do Movimento na implantação e manutenção

das cooperativas de produção agrícola. Segundo Turatti, a proposta do Movimento, de coletivização da terra representa “uma alteração marcante com relação à forma tradicional de cultivar a terra, além de chocar-se com alguns valores tradicionais do patrimônio” (TURATTI, 2005, p.72). Neste sentido o MST assume uma dimensão conservadora ao conduzir os sem-terra a um lugar no processo produtivo conjugado com a propriedade privada, colocando-os na condição de meros consumidores.

Por sua vez, a mística do Movimento, ou seja, o conjunto das práticas rituais e simbólicas revestidas de conteúdo ideológico cumpre a função mais de identificação da base com o Movimento do que propriamente formação política:

Assim há dois pólos de assimilação da mística como ideologia, bem como dois objetivos distintos: interessa ao MST que alguns acampados desenvolvam uma relação maior com o movimento para que os quadros dirigentes sejam reproduzidos; no entanto, é preciso que a base sintam-se dependente do MST, não parte dele; é preciso que o líder seja visto como um “messias”, o guia divino na caminhada para a terra prometida (p. 109).

É importante a observação da autora de que a confiança da base no “messias” não se dá a partir da subjetividade religiosa, mas, sobretudo na condução dos acampados a práticas concretas de luta. Os conflitos se acentuam justamente quando esse líder carismático encontra dificuldades na condução dos sem-terra mediante a morosidade do processo de assentamento. A demora na fixação na terra acentua o conflito na sociabilidade já marcada pela fragilidade dos laços de solidariedade:

As pessoas ajudam umas às outras como podem no momento de escassez (...) No entanto, se a escassez revela-se prolongada e severa, a estrutura de solidariedade pode ser incapaz de suportar a pressão: na crise final, o grupo doméstico acentua seus interesses próprios e pessoas

que tinham compartilhado comida nas primeiras fases do desastre apresentam agora indiferença para com a situação dos outros, se não apresam a queda mútua com barganha, chicana e roubo (p. 95).

Em sua conclusão, a autora afiança que não é possível negar a existência de identidade de pertencimento da base em relação ao MST, assim como a capacidade dos sem-terra em reconhecerem-se como sujeitos históricos, entretanto, por todos os fatores de ordem material e simbólica que procuramos sintetizar aqui, produz-se uma sociabilidade fragilizada entre os acampados do MST. No que se refere aos acampamentos pesquisados no estado de São Paulo, o conjunto desses fatores acaba por gerar uma relação mais próxima da dependência que do pertencimento dos acampados em relação ao Movimento.

A lentidão no processo de assentamento constitui um fator agravante ao quadro, na medida em que a demora exacerba os conflitos e torna a proposta de trabalhar coletivamente a terra num futuro assentamento “inaceitável para pessoas que aprenderam, durante meses, a não confiar umas nas outras” (p. 112), já que a própria carência material torna a convivência difícil e a competição na divisão dos escassos recursos acirrada.

A autora demonstra ao longo de sua obra que, a despeito de toda crítica que carece ser feita ao trabalho de educação política do MST, deve-se reconhecer que os entraves que tornam o processo árduo e vagaroso estão em grande medida relacionados à política fundiária e morosidade do Estado em alavancar o processo de reforma agrária, revelando, desta forma, seu íntimo comprometimento com o “capitalismo e sua lógica perversa de condução à barbárie” (p. 113). Este trabalho traz uma contribuição inegável para os debates sobre o MST, que conforme já dissemos, ainda permanece como um amplo desafio compreensivo aos pesquisadores que se debruçam sobre o tema.

Referências bibliográficas

MITSUE, Morissawa. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. Princípios da educação no MST. *Cadernos do MST*, n. 8, 1996.

STÉDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo M. *Brava gente: trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

João Bernardo. *Democracia totalitária*.
São Paulo: Cortez, 2004.

Ronan Gomes Gonçalves¹

A obra *Democracia totalitária* constitui um texto de nossos dias. Por ela, João Bernardo renova a teoria crítica do poder conceituando as empresas enquanto aparelho de Estado. Ao enquadrar as empresas enquanto aparelho de poder, ele pretende explicar o aumento do controle e da coerção a par do declínio e esfacelamento dos Estados nacionais.

Trata-se de uma resposta crítica ao neoliberalismo reinante. É uma resposta ao postulado neoliberal, engendrado por Hayek (*O caminho da servidão*) e Milton Friedmam (*Capitalismo e liberdade*), que afirma o caráter ontologicamente democrático do capitalismo. Para esses autores, sob uma perspectiva de elite, críticos pioneiros do Estado de Bem-estar Social, é a ingerência do Estado ao normal funcionamento dos processos econômicos, que eles conceituam *coletivismo*, o fator responsável pelo engendramento de sociedades totalitárias, em suma, a perda da liberdade. Deste modo, segundo os dois autores, a racionalidade própria do mercado, se desenvolvida sem entraves, leva inelutavelmente ao estabelecimento de uma sociedade democrática.

Contrariamente, João Bernardo afirma que o capitalismo constitui, por si, um sistema de organização social inerentemente totalitário. O totalitarismo não diz respeito a um período histórico

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista – Unesp – Marília.

específico do capitalismo, nem à particularidade política de um país. O totalitarismo do capital advém da posição subalterna que os trabalhadores ocupam com relação aos capitalistas, gestores de toda a latitude social. É, portanto, algo intrínseco ao desenvolvimento dos processos econômicos. Dessa forma, tanto as políticas de matiz keynesiana, quanto as atuais de matiz neoliberal, são apresentadas enquanto modelos de gestão econômica e fiscalização social que têm como pressuposto a subalternização, o disciplinamento e controle dos trabalhadores.

Segundo o autor, a diferença crucial entre o Estado de Bem-estar Social e o neoliberalismo é a substituição de um sistema de poder, controle e fiscalização, organizado em quadros nacionais e centralmente planejados, por um sistema de poder de matiz transnacional e descentralizadamente posto em ação. Daí falar-se em democracia totalitária, uma vez que o acesso ao totalitarismo tornou-se democrático, ou seja, deixa de efetivar-se mediante a coordenação central de um aparelho soberano, o Estado-nação, para ser desenvolvido mediante uma pluralidade de chefias inter-relacionadas entre si, tendo as transnacionais como os seus principais agentes.

Para o autor, o neoliberalismo, que se caracteriza pela secundarização do Estado-nação, não deve ser entendido como momento de afirmação das liberdades individuais. Para além das aparências, e do discurso reinante, o momento atual constitui um período de consolidação global da soberania empresarial. É porque as empresas, enquanto aparelho de Estado, puderam tomar uma forma transnacional e enfrentar uma classe trabalhadora global que elas possuem, hoje, a total soberania.

Muitos têm buscado em Hayek, e em Milton Friedmam, a matriz teórica do neoliberalismo. Contrariamente, o autor demonstra que Saint-Simon constitui o primeiro teórico do poder empresarial. O neoliberalismo, enquanto ideologia, de novo só possui o nome. Conforme Bernardo, Saint-Simon, propugnava, já no século XIX, um lugar inteiramente destacado para as empresas na gestão social, de for-

ma a suplantarem a esfera estatal. O teórico do século XIX entendia a clivagem econômica em termos políticos, fazendo então a apologia do poder soberano dos patrões sobre os súditos trabalhadores.

Segundo o autor, embora a teoria apologética do poder empresarial tenha vicejado nas metrópoles, sob Saint-Simon, foi com o colonialismo do século XIX que as empresas tiveram uma atuação absolutamente autônoma. A soberania empresarial que teve existência em África e Ásia tratou de criar bancos, exércitos, milícias, impor o pagamento de taxas, emitir dinheiro, erigir burocracias e hierarquias tipicamente capitalistas, enfim, desenvolver as infra-estruturas sociais e materiais, necessárias à implantação do capitalismo sobre sangue indígena. Para João Bernardo, foi essa soberania política exercida pelas empresas nos territórios ocupados que permitiu, a estas, a experiência necessária para se contraporem depois ao Estado nas metrópoles e requererem, de cada vez, uma maior autonomia.

Aos que afirmam a soberania do consumidor, João Bernardo, demonstra como na atualidade a produção determina o consumo. As empresas não só possuem o controle exclusivo da produção material, mas determinam, inclusivamente, o que vai ou não ser consumido e as formas sociais e disciplinares em que o consumo se efetua. Isto é possível, pois são as empresas que controlam as redes de distribuição, organizam os lazeres, determinam a moda e erigem o desejo por parte do consumidor. Antes de terminada a produção, os gestores das grandes empresas possuem de antemão a cifra de mercado que cabe a cada um. Dessa forma, para além das aparências, o consumidor constitui um elemento passivo ante as grandes corporações, e a esfera do consumo tornou-se outra de tantas esferas disciplinares. Daí o consumo uniforme de uma mesma marca por toda uma população que se estende pelo globo e o surgimento de formas de comportamento transnacionais. Na indução de formas de consumo e comportamento de matiz transnacional, tem lugar destacado o papel do rádio e da televisão, enquanto aparelhos disciplinadores a cargo das grandes empresas.

Segundo Bernardo, a colossal expansão dos mecanismos de vigilância, a que temos assistido passivamente, constitui a consolidação das formas de controle empresariais por toda a sociedade. Em qualquer país, as empresas possuem mecanismos privados de segurança que suplantam em muito as forças policiais dos Estados, chegando mesmo a dobrá-las e tendo uma abrangência social muito maior. Ainda, mesmo quando é o Estado a implementar técnicas de vigilância e controle, este tem crescidamente propagado tecnologias de repressão que são desenvolvidas pelas transnacionais. A microeletrônica possibilitou fundir os atos de trabalho e a esfera de lazer com os mecanismos de vigilância, dando total supremacia às empresas no controle social. Os empresários controlam os trabalhadores dentro e fora da jornada de trabalho, determinando as 24 horas do seu viver.

Ao que sobrou do Estado-nação, após as privatizações e a expansão das formas empresariais de gestão por toda a burocracia estatal, as empresas respondem com o controle externo, uma vez que, são credoras dos Estados e possuem supremacia tecnológica. Minam o Estado por dentro, com a ação dos grupos de pressão empresariais que financiam as candidaturas, organizam as eleições e acompanham cada parlamentar após o pleito. É óbvio que isto tudo quando não são os gestores das grandes empresas a ocuparem diretamente postos no Estado tradicional, como é o caso de George W. Bush nos Estados Unidos, antigo administrador de uma petrolífera, e tantos outros.

Numa situação de total supremacia das empresas, compreende-se que os políticos sejam alvo de chacota popular enquanto os administradores usufruem incontestada moralidade. Além disso, as empresas servem, hoje, para conferir uma dignidade social às pessoas, recebendo, por consenso popular, um aval positivo ao seu exercício soberano do poder.

O instigante capítulo sobre o toyotismo evidencia a necessária compreensão de que este constitui uma recuperação das instituições sociais e do esforço de luta dos trabalhadores, demonstrado no decorrer das décadas de 50, 60 e 70 do século passado. A potencialidade

intelectual demonstrada pelos trabalhadores ao gerirem diretamente as suas lutas foi recuperada enquanto capacidade intelectual de trabalho a favor do capital.

Além de dimensionar a exploração da capacidade intelectual do trabalho e de buscar assentar, mediante novas tecnologias, as facetas mais avançadas da exploração atual na capacidade de pensar dos trabalhadores, o estágio atual de neoliberalismo, de indisputada soberania empresarial, tem buscado o rompimento com o modelo fordista de produção, mediante a destruição de grandes aglomerações produtivas, criando um quadro de extrema fragmentação e hierarquização interna da força de trabalho, que hoje se aloja num complexo produtivo que não encontra territórios que lhe sirvam de parede.

A reorganização dos processos econômicos numa latitude global, mediante a ação das transnacionais, foi o ponto a partir do qual se engendrou uma profunda desarticulação da classe trabalhadora. Ela é hoje repartida por formas distintas de trabalho que incluem a terceirização, o trabalho temporário, as cooperativas, e a gama cada vez menor de pessoas que ainda possuem garantias e estabilidade. Ainda, a extensão da proletarização, criou um quadro de enorme heterogeneidade cultural interna da força de trabalho, o que tem dificultado o surgimento de uma cultura que identifique os trabalhadores e que permita que esses se reconheçam como uma classe e não como grupos culturais. Numa conjuntura como essa, salienta o autor, os instrumentos de luta construídos pelos trabalhadores para dar resposta ao capital num quadro de organização da economia em quadros nacionais, onde a exploração da componente muscular do trabalho era a tônica, o modelo fordista erigia grandes aglomerações operárias numa mesma modalidade de contratação e onde havia uma cultura própria da classe, perdeu a eficácia que obteve em tempos pretéritos.

João Bernardo, ao nos brindar com mais esta obra, parte menor de sua volumosa produção, resgata a centralidade do trabalho para o entendimento das questões mais candentes de nossa época. O autor demonstra que o agravamento da opressão política e tantos outros

fatores atuais, muitas vezes remetidos para o saco sem fundo da “cultura”, são explicados pelo desenvolvimento da exploração econômica. Para ele, a crítica da economia política, efetuada por Marx, deve ser continuada através de uma crítica econômica da opressão política. É óbvio que se toma, aí, a perspectiva dos trabalhadores.

Quanto ao autor, fazemos nossas as palavras de Maurício Tragtenberg (1989): “trata-se de um homem a ser lido”.